



ESTADO DE ALAGOAS  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
(Processo Administrativo nº520/2024)

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. **Contratação de empresa para a prestação de serviços de link internet, manutenção e suporte técnico, e aluguel de Hotspot**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

<b>Lote único - Contratação de empresa para a prestação de serviços de link internet, manutenção e suporte técnico e aluguel de Hotspot</b>			
<b>ITEM</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>UNIDADE DE FORNECIMENTO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
<b>1</b>	<b>serviços de link internet, manutenção e suporte técnico</b> , a contratação deverá disponibilizar inclusive duas rotas distintas para chegada da banda utilizando assim a Redundância de link quando necessário, com o total de velocidade contratada de <b>600 MBPS com garantia de banda para Download e Upload</b>	Mês	12
<b>2</b>	serviço de aluguel de HOTSPOT com autenticação para visitantes, assegurando assim a integridade dos serviços e a gestão de toda rede wi-fi e interligação via fibra óptica dos racks com os outros equipamentos existentes na Assembleia Legislativa, além da manutenção do mesmo durante a vigência do contrato, sendo: 3 unidades, que são elas: 1- Access point velocidade de 300 mbps frequências de 2.4 Ghz., 1- Access point indoor Velocidade até 1350 Mbps gigabit PoE 802.11ab wave,	Mês	12



ESTADO DE ALAGOAS  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

	1- Access point indoor velocidade wireless 867 Mbps Frequências 2.4 Ghz / 5.0 Ghz Unifi Banda dupla protocolo de segurança wep, wpa, wpa2.		
--	--	--	--

- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.
- 1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data da publicação, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

1.6.1. Este Projeto terá abrangência sobre toda a infraestrutura de rede de dados, que interligam todas as edificações da sede da Assembleia Legislativa, em caráter de dependência a infraestrutura de passagens de cabos existentes, devendo ser considerado possível acréscimo dessa infraestrutura caso o projeto venha demonstrar ser necessário, viável e vantajoso.

1.6.2. Trata-se de circuito de acesso à Internet (rede mundial pública de computadores) relativo ao item 1, onde a tecnologia de acesso a ser utilizada deve ser preferencialmente fibra óptica com dupla abordagem.

1.6.3. Entende-se como acesso dedicado à Internet, o fornecimento de conectividades IP (Internet Protocol), que suporte aplicações TCP/IP e proveja o acesso direto, dedicado e exclusivo, à Internet, estando disponível 24 horas por dia, durante 07 (sete) dias da semana, devendo constituir-se de acesso permanente, dedicado e com total conectividade IP, interligando os circuitos de acesso à Internet através de canal privativo dedicado.

A solução proposta deverá permitir o acesso à internet com garantia de banda, o tráfego de aplicações corporativas, tais como: sistema de informação troca de arquivos, correio eletrônico, servidor de e-mail, Portal, sistemas corporativos que rodam na web e outros serviços diversos;

1.6.4. É totalmente vedada a limitação de transferência de dados de download ou upload, a chamada franquia de dados.

Deverá prever a utilização de solução de cabeamento óptico com a possibilidade de suportar gerenciamento e tráfego de até 1GB;

1.6.5. Referente ao item 2, trata-se de eventual contratação de serviços especializados em Fornecimento/Locação de Access Point: Equipamento de ponto de acesso para rede local, sem fio, compatível com os Padrões IEEE 802, 11AC, com configuração via software. Possuir no mínimo, uma interface Gigabit Ethernet (10/100/1000 MBPS), auto-sensing, com conector RJ-45, para



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

conexão à rede local fixa, para prover internet distribuída por meio de wi-fi com os outros equipamentos existentes na Assembleia Legislativa, além da manutenção do mesmo durante a vigência do contrato. O serviço de hotspot que traga benefícios notáveis, incluindo um Captive portal que possibilita também o acesso externo via web para eficiente controle e gestão de usuários. Esta funcionalidade oferece controle total sobre a gestão de Usuários também como campanhas publicitárias, avisos, divulgações ou pesquisas, diretamente pela plataforma do hotspot, facilitando interações dinâmicas com os usuários, seja online ou offline. Integralmente compatível com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), o serviço assegura total respeito aos direitos de privacidade e proteção de dados dos usuários. Este conjunto de recursos transforma o serviço de hotspot não sendo simplesmente um ponto de acesso à internet, mas em uma ferramenta vital de engajamento e conformidade legal e

a gestão sobre toda a infraestrutura de rede de dados, que interligam todas as edificações da sede da Assembleia Legislativa, em caráter de dependência a infraestrutura de passagens de cabos existentes, devendo ser considerado possível acréscimo dessa infraestrutura caso o projeto venha demonstrar ser necessário, viável e vantajoso.

1.6.6. Os cadernos técnicos devem conter todas as especificações técnicas dos materiais, hardwares e softwares necessários:

1.6.1.1. As especificações técnicas devem permitir, quando possível, o aproveitamento de materiais e equipamentos já instalados, indicando a necessidade de eventual upgrade nos equipamentos para seu aproveitamento ou então indicação de seu descarte;

1.6.2. As especificações técnicas devem prever a possibilidade de expansão dos sistemas, de forma a abranger mais localidades, não previstas neste termo;

1.6.3. Deve prever as especificações técnicas de outros equipamentos, instalações e serviços necessários ao bom funcionamento da rede lógica;

1.6.4. Deverá prever a utilização de solução de cabeamento óptico com a possibilidade de suportar gerenciamento e tráfego de até 1GB;

## **1.7. MATERIAIS E SERVIÇOS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

1.7.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar em regime de comodato os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades suficientes para o total funcionamento dos serviços que deverão ser prestados.

1.7.2. As quantidades deverão ser dimensionadas pelo fornecedor em atendimento a devida qualidade de necessidade ao aqui exposto;

1.7.3. Deverá promover a substituição de cada equipamento ou material quando necessário, ou quando houver alguma indisponibilidade de serviço;

1.7.4. Deverá em suas implantações iniciais aos locais de prestação dos serviços, realizar as instalações e configurações dos circuitos de Internet dentro das salas ou do Rack do Contratante, devendo o Contratante assumir essa responsabilidade de execução;

1.7.5. Especificações para o serviço de Rede Sem Fio (wi-fi):

1.7.1. Os serviços de Rede sem fio (wi-fi) deverá possuir os seguintes requisitos mínimos.

1.7.2. O Serviço de Wi-fi deverá ser provido por equipamentos instalados no local do cliente.

1.8.3 servidores alocados na rede privada da Contratada.



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

- 1.8.1. Controle da banda de internet e tempo de conexão dos usuários.
- 1.8.2. Serviço de bloqueio de sites por categorização (pornografia, malware, etc).
- 1.8.3. Será de responsabilidade da Contratada, prover servidores de acordo com a demanda de usuários/ clientes.
- 1.8.4. O Monitoramento do serviço deverá ser 24 horas por dia, 7 dias da semana e 365 dias por ano.
- 1.8.5. Todas as evoluções e correções serão de responsabilidade da Contratada.
- 1.8.6. Caso haja a qualquer momento interrupção ou falha em algum equipamento que venha prejudicar a distribuição de sinal ou a queda da conexão, o sistema deverá entrar em contato com a contratada informando o problema por telefone ou outro meio de contato que será informado à Assembleia Legislativa.
- 1.8.7. O serviço deverá ser realizado em conformidade com o Marco Civil da Internet.
- 1.8.8. O locação se dará através dos itens abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	OUTROS DADOS
1	Access point velocidade de 300 mbps frequências de 2.4 Ghz.	1	Locação
2	Access point indoor Velocidade até 1350 Mbps gigabit PoE 802.11ab wave	1	Locação
3	Access point indoor velocidade wireless 867 Mbps Frequências 2.4 Ghz / 5.0 Ghz Unifi Banda dupla protocolo de segurança wep, wpa, wpa2	1	Locação

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. O serviço será realizada por dispensa de licitação nos termos do inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

## **3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Subcontratação**

- 3.1. *Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.*



ESTADO DE ALAGOAS  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

**Garantia da contratação**

3.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**Condições de prestação do serviço**

4.1. *O prazo para início do serviço é de 07 (sete) dias úteis, contados da data da assinatura da ordem de serviço, em remessa única.*

4.2. Os serviços deverão ser realizados no seguinte endereço Praça Dom Pedro II, s/n, Centro, Maceió/AL, nos prédios da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas.

**Garantia, manutenção e assistência técnica**

4.3. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

4.4. *A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.*

4.5. *Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.*

4.6. *As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência do contrato deverão ser substituídas por outras que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.*

4.7. *Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.*



ESTADO DE ALAGOAS  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

4.8. *O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.*

4.9. *Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.*

4.10. *Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.*

4.11. *O custo referente ao transporte dos equipamentos que compõem o contrato será de responsabilidade do Contratado.*

4.12. *A Manutenção e assistência técnica do objeto tem prazo de vigência igual a vigência do contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.*

## **5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



ESTADO DE ALAGOAS  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

5.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelo respectivos substituto.

5.6. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

5.6.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

5.6.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

5.6.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

5.6.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

5.6.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

5.7. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

5.7.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

5.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.



ESTADO DE ALAGOAS  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

5.8.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

5.8.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

5.8.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

5.9. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

5.10. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

5.11. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento do serviço**

6.1. Os serviços serão recebidos pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

6.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo



ESTADO DE ALAGOAS  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

de 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.5. No caso de controvérsia sobre a execução do serviço quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do serviço ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

6.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de cinco dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

6.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;



ESTADO DE ALAGOAS  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.



ESTADO DE ALAGOAS  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

6.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**Prazo de pagamento**

6.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

6.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

**Forma de pagamento**

6.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de cotação de preço, tendo como critério de julgamento o **MENOR PREÇO**.



ESTADO DE ALAGOAS  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

**Exigências de habilitação**

7.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

**Habilitação jurídica**

7.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.7. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.8. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

7.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista**

7.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;



ESTADO DE ALAGOAS  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

7.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.14. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [*Estadual/Distrital*] ou [*Municipal/Distrital*] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.15. Prova de regularidade com a Fazenda [*Estadual/Distrital*] ou [*Municipal/Distrital*] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.16. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [*Estadual/Distrital*] ou [*Municipal/Distrital*] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.17. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

7.18. Certidão negativa de falência ou insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação;



ESTADO DE ALAGOAS  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

### **Qualificação Técnica**

7.19. *Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*

7.20. Atestado de realização de gestão de hotspot para garantir a gestão de usuários, bem como dos serviços a serem realizados neste TR, com descrição detalhada dos serviços realizados: Dashboard consolidado, Autenticação por redes sociais, Portais de Autenticação, Big Data com dados dos clientes, API's, SMS Interface, E-mail Marketing, Logs de acordo com Marco Civil, Campos de cadastro personalizáveis, Autenticação automática, Relatórios completos, Controle de banda e time out, Validação de usuário via SMS, dentre outras características descritas neste TR. (lote 01);

7.21. Como forma de Diligência, se o Pregoeiro verificar a real necessidade, poderá solicitar do licitante todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, nota fiscal, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante.

7.22. Licença/outorga da ANATEL que autoriza a mesma a prestar Serviços de Comunicação Multimídia (SCM)

7.23. Dentre outros, são documentos de habilitação compatíveis com as peculiaridades do objeto da licitação:

- Certidão de Registro do Conselho Regional de Engenharia (CREA) e /ou do Conselho Federal de Técnicos Industriais (CFT), atualizada, expedido, em seu nome, que comprove a especialização da empresa.

7.24. Deverão comprovar que possui em seu quadro de pessoal, na data prevista para entrega da proposta, profissional (is) de nível superior (Engenheiro Civil ou Eletricista) ou técnico industrial detentor (es) de acervo técnico com características semelhantes às do objeto desta licitação, entendendo-se como tal, para fins deste certame: o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o profissional constante no registro ou inscrição da o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame

7.25. Declaração da ME ou EPP de que no último ano-calendário não extrapolou a receita bruta de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

## **8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**



ESTADO DE ALAGOAS  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

8.1. O custo estimado total anual da contratação é de R\$ 48.771,96 (quarenta e oito mil setecentos e setenta e um reais e noventa e seis centavos), sendo o valor mensal de R\$ 4.064,33 (quatro mil e sessenta e quatro reais e trinta e três centavos).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	serviços de link internet, manutenção e suporte técnico, a contratação deverá disponibilizar inclusive duas rotas distintas para chegada da banda utilizando assim a Redundância de link quando necessário, com o total de velocidade contratada de <b>600 MBPS com garantia de banda para Download e Upload</b>	Mês	12	R\$ 2.433,05	R\$ 29.196,64
2	serviço de aluguel de HOTSPOT com autenticação para visitantes, assegurando assim a integridade dos serviços e a gestão de toda rede wi-fi e interligação via fibra óptica dos racks com os outros equipamentos existentes na Assembleia Legislativa, além da manutenção do mesmo	Mês	12	R\$ 1.631,28	R\$ 19.575,36



ESTADO DE ALAGOAS  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

	durante a vigência do contrato				
--	--------------------------------	--	--	--	--

## 9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento desta casa Legislativa, conforme informação abaixo:

Unidade gestora: 010001 – Assembleia Legislativa

Plano de Trabalho: 01.122.0004.2001 – Manutenção das atividades do órgão

Fonte: 500 – Recursos não vinculados a impostos

Elemento de Despesa: 3390.39 – outros serviços de terceiros – PJ

Plano Orçamentário: 001118 – serviços de terceiros - PJ

*Maceió/AL, 26 de junho de 2024.*

*Charles Alves Silva*  
*Agente de Contratação*

*Roberto Tavares Dórea*  
*Membro da Comissão de*  
*Contratação*

*João Maia Nobre Júnior*  
*Membro da Comissão de*  
*Contratação*